

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados;
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico – Lei Federal 10.520/2002 c/c Lei Federal 8.666/93
1.4	<b>Período:</b>	Entrega imediata
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

#### 2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U/C	QUANT.
1 (EXCLUSIVA)	PNEU PARA MOTOCICLETA (Yamara) novo (primeira vida) Nas dimensões (100x80x18 Traseiro), com garantia de 05 anos contra defeito de fabricação com certificado INMETRO, fabricação igual ou inferior a seis meses a contar da data de entrega. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	UN	8
2 (EXCLUSIVA)	PNEU PARA MOTOCICLETA (Honda) novo (primeira vida) Nas dimensões (130x70x17 Dianteiro), com garantia de 05 anos contra defeito de fabricação com certificado INMETRO, fabricação igual ou inferior a seis meses a contar da data de entrega. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	UN	2
3 (EXCLUSIVA)	PNEU PARA UTILITÁRIO - Novo (Primeira Vida), construção radial, nas dimensões 215/75 R16C, índice de carga não inferior a 107, com certificação de qualidade INMETRO, fabricação igual ou inferior a seis meses a contar da data de entrega. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	UN	48
4 (EXCLUSIVA)	PNEU PARA MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 10.00, Aro 16,5 (SEM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	UN	40
5 (EXCLUSIVA)	PNEU PARA TRATOR E MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 12.4, Aro 24 (MÍNIMO DE 6 LONAS COM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	UN	12



<b>6 (PRINCIPAL)</b>	PPNEU PARA MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 12,5/80X18 (SEM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	<b>UN</b>	40
<b>7 (RESERVADA)</b>	PPNEU PARA MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 12,5/80X18 (SEM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	<b>UN</b>	20
<b>8 (PRINCIPAL)</b>	PNEU PARA MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 17.5, Aro 25 (12 LONAS SEM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	<b>UN</b>	16
<b>9 (RESERVADA)</b>	PNEU PARA MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 17.5, Aro 25 (12 LONAS SEM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	<b>UN</b>	4
<b>10 (PRINCIPAL)</b>	PNEU PARA TRATOR E MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 18.4, Aro 30 (MÍNIMO DE 12 LONAS COM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	<b>UN</b>	8
<b>11 (RESERVADA)</b>	PNEU PARA TRATOR E MÁQUINAS PESADAS - Novo (primeira vida), nas dimensões: Largura 18.4, Aro 30 (MÍNIMO DE 12 LONAS COM CÂMARA), com certificação de qualidade INMETRO. Padrão de referência: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michellin, Continental, Dunlop ou superior.	<b>UN</b>	2

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**3.1** A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística realiza anualmente licitações diversas, inclusive para aquisição de pneus para manutenção da Frota Municipal de Motocicletas, Veículos Leves, Médios, Pesados, Máquinas e Tratores;

**3.2** A presente aquisição de pneus possui o fito de atender as necessidades da frota que não foram atendidas no Processo Administrativo de nº 2390/2022 - Pregão Eletrônico de nº 112/2022 - ATAs de nº 534, 535 e 536/2022, haja vista que, no referido pregão eletrônico, os itens 13, 16, 22, 36, 38, 39, 40, 43, 44 e 45 foram frustrados e o item 28, deserto.

**3.3** A aquisição de pneus é essencial para a Frota Municipal de Veículos, visando atender os requisitos mínimos de trafegabilidade, bem como cumprir a legislação vigente de acordo com o disposto no CTB (Código de Trânsito Brasileiro), sendo imprescindível para

manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento dos veículos, bem como preservar pela segurança de motoristas, usuários e pedestres nas vias;

3.4 A Frota Municipal de Veículos, possui um quantitativo de aproximadamente 245 veículos, entre veículos leves, médios, pesados, máquinas e tratores, que necessitam diariamente de manutenção regular e abastecimento de insumos.

**3.5 As quantidade correspondentes foram baseadas nos quantitativos de motocicletas, veículos leves, médios, pesados, maquinas e tratores que não foram contemplados na licitação acima citada e da última licitação, levando em consideração a possibilidade de aquisição de novos veículos durante o atual exercício.**

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

**4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).**

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

<b>5.1.1 Elemento de Despesa:</b>	3.3.90.30-26
	3.3.90.30-27
	3.3.90.30-28
<b>5.1.2 Fonte de Recurso:</b>	<b>17</b> – Royalties Federais
	<b>20</b> – Royalties Estaduais
<b>5.1.2 Programa de Trabalho:</b>	<b>08.003.04.122.0011.2.035</b> – Manutenção da Frota de Veículos Leves
	<b>08.003.04.122.0011.2.036</b> – Manutenção da Frota de Veículos Pesados

**5.2** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AV. ALBERTO BRAUNE, 225 – CENTRO NOVA FRIBURGO/RJ**

## **6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS/CATÁLOGOS**

**6.1** Antes da adjudicação, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados se reserva o direito de solicitar catálogo do(s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;

**6.2** Os catálogos deverão estar devidamente identificados com o nome dos licitantes, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

**6.2.1** Em caso de os catálogos não elucidarem as dúvidas referente ao produto, serão solicitadas amostras para análise

**6.2.2** As amostras serão solicitadas para verificação das exigências contidas nas descrições dos itens na tabela de detalhamento do subitem 2.1 deste Termo de Referência.

**6.3** O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

**6.4** A área técnica comunicará ao Pregoeiro no prazo de até 48 horas, se os itens foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

## **7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**7.1** O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho e **Anexo XII (solicitação de fornecimento)**.

<b>Secretaria requisitante:</b>	Secretaria de Infraestrutura e Logística
<b>Endereço:</b>	Rua Clarindo da Rosa Teixeira, 130, área A, Conselheiro Paulino
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 10h às 16h.

**7.2** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**7.3** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**7.4** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

**7.5** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**7.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8. DA LIQUIDAÇÃO**

**8.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **9. DO PAGAMENTO**

**9.1** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;



- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**9.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**9.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**10.1.1** Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

**10.1.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.1.3** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

**10.1.4** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

**10.1.5** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**10.1.6** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

**10.1.7** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**10.1.8** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**10.1.9** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**10.1.10** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente



aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

**11.1.1** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

**11.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.1.3** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.1.4** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas o dia e horário que serão feitas as entregas.

**11.1.5** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**11.1.6** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.1.7** Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato;

**11.1.8** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

**11.1.9** Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

**11.1.10** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística.



## **12. DA GARANTIA**

**12.1** Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

## **13. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**13.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**15.1** O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

**15.2** Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>GESTOR / FISCAL</b>
Alan Figueira Correa	105.871	Gestor titular
Patrícia Oliveira Pimentel	199.018	Gestor substituto
Márcio André de Freitas Silva	115.190	Fiscal titular SMIL
Wanderson do Nascimento Ourique	100.533	Fiscal substituto

**15.3** O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**15.4** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

**15.5** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante



de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

**16.1** O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos do setor de manutenção de veículos da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

**17.1.1** Não assinar o ter de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**17.1.2** Apresentar documentação falsa;

**17.1.3** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**17.1.4** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.5** Não manter a proposta;

**17.1.6** Cometer fraude fiscal;

**17.1.7** Comportar-se de modo inidôneo.

**17.2** Considerar-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**17.3** Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**17.3.1** Advertência;

**17.3.2** Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;



**17.3.3** Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso);

**17.3.4** Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**17.3.5** Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**17.3.6** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**17.3.7** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**17.3.8** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**17.3.9** As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**17.3.10** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **19. DA RESCISÃO**

**19.1** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Logística o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

**19.2** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

**19.2.1** Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística;

**19.2.2** O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

**19.3** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 01 de dezembro de 2022.

<b>GESTOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
<hr/> <b>Alan F. Correa</b> Subsecretário de Manutenção de Veículos Leves e Pesados Mat. 105.871	<hr/> <b>Márcio André de Freitas Silva</b> Gestor de Processos Administrativos Mat. 115.190

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Gabriel Costa Wenderroschy**  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística  
Mat. 62.775